

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



RICARD, Robert (Paris, 1900 – Paris, 1984)

Aluno da École Normale Supérieure, Agregé des Lettres em 1920, foi leitor na Faculdade de Letras de Lisboa de 1920 a 1922 e depois trabalhou em Madrid (École des Hautes Études Hispaniques) de 1922 a 1927. Dedicou-se em especial à história da Igreja, tendo defendido em Paris uma notável tese de doutoramento de Estado sobre a evangelização do México pelas ordens mendicantes, em 1932, sob a direcção de Henri Hauser e Marcel Mauss. Professor do liceu em Rabat e mais tarde na Universidade de Argel, alto funcionário em Marrocos (Director da Instrução Pública), foi nomeado para a cátedra de Estudos Hispânicos na Universidade de Paris (Sorbonne) em 1946. Dirigiu o Institut Hispanique e ocupou o lugar de Directeur d'Études na 4ª secção da École Pratique des Hautes Études. Também se dedicou aos estudos árabes, tendo depois da morte de Henry de Castries, acompanhado Pierre de Cénival e David Lopes na edição da parte portuguesa das *Sources Inédites de l'Histoire du Maroc* – pelas quais por último ficou responsável. Foi membro do Comité de Redacção do *Bulletin Hispanique* desde 1947 até 1981 (a que presidiu de 1977 a 1981), ficando depois como presidente de honra desse Comité de uma revista a que deu larga colaboração. Como deu ao *Bulletin des Études Portugaises*, editado pelo Instituto Francês de Lisboa. Contaram também com a sua participação valorizadora os *Arquivos do Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian* em Paris. Foi ainda assíduo colaborador de revistas editadas por instituições católicas, nomeadamente ligadas à Companhia de Jesus.

Erudito com domínio seguro da investigação filológica, publicou artigos de grande subtilidade e profundidade sobre palavras e conceitos, apurando sentidos que muitas vezes estavam esquecidos ou permaneciam escondidos: como é o caso do *rossio* e das *devezas*, do *terreiro do paço* ou do *eixido*, ou dos *toques das trindades*, ou ainda o apuramento do significado de *couraça* – para além de outros estudos lexicográficos da sua preferência. Com esses trabalhos propôs e resolveu problemas de toponímia, quer portuguesa, quer espanhola com grande finura crítica. Muitos dos seus escritos encontram-se dispersos, sendo de difícil acesso, merecendo uma publicação que permitisse estudá-los em conjunto – e são muitos, espalhados por revistas por vezes de muito pequena circulação: Robert Ricard era generoso na distribuição da sua sabedoria. Exceptua-se que sobre a história dos portugueses em Marrocos a Universidade de Coimbra organizou uma recolha de artigos seus em 1955, e em 1970 foi a vez da Fundação Calouste



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Gulbenkian em Paris reunir outros escritos sobre a história moral e religiosa de Portugal. São dois volumes indispensáveis aos estudiosos da cultura e da política portuguesa – e imprescindíveis a todos os eruditos.

Robert Ricard atém-se sempre muito de perto ao dizer das fontes – que conhece muito bem – para lhes retirar o sentido ou o significado que podem ter escondidos. Mas isso não lhe chegava. Não era um literato enfronhado apenas em papéis. Pesquisava directamente no terreno, como quando dedicou atenção à toponímia urbana portuguesa, para o que percorreu várias localidades, no que foi naturalmente ajudado pela guia de Orlando Ribeiro. Tratando do *rossio* procura pelas “formas e a etimologia do termo, separar o papel da coisa e esboçar um estudo comparativo com certos elementos do vocabulário espanhol” (“Recherches”, p. 134). E é assim que é levado a calcorrear algumas cidades portuguesas onde sabe encontrar os topónimos que pretende explicar. Do mesmo modo, também trata com minudência e excelentes exemplos as *ruas direitas*, as vias directas que outros estudiosos também percorrem. Ou a *porta da traição* que encontra em povoações portuguesas acasteladas. Ou o *cuscuiz* tão popular na gastronomia marroquina a que procura equivalente em espanhol e em português. Conseguia manter, mesmo perante os mais consagrados mestres (como José Leite de Vasconcelos) a sã desconfiança que deve caracterizar a pesquisa dos eruditos. RR estudava as expressões que pretendia explicar a partir da filologia e da realidade observada, “estudos parciais e locais”, antes de passar às definições precisas e de extremo rigor que queria atingir – e conseguia. (*Études*, p. 490). Era esse o seu método de trabalho. Veja-se um caso: para saber o que se deve entender por *marlota* passa em revista inúmeros exemplos em castelhano e em português, não esquecendo as contaminações marroquinas e mesmo o caso francês de *marlotte*. Com estas inquirições extensas e minuciosas chega por fim a “definir” o objecto do seu estudo. Desse processo de trabalho exemplar se fica a conhecer exhaustivamente no artigo sobre as crónicas portuguesas quatrocentistas de Marrocos, onde nomes de pessoas e de lugares são averiguados e estes por sua vez confrontados com as designações actuais – muitas das quais *de visu* conhecia. Robert Ricard quer e consegue fazer uma leitura no terreno e nos textos em combinação, sempre com grande acuidade. Interessado nas fontes e dominando os idiomas português e espanhol na perfeição, traduziu muitos excertos de crónicas e outros textos, com exemplar fidelidade aos originais: de Gomes Eanes de Zurara, do infante D. Pedro, de frei João Álvares, de Duarte Pacheco Pereira, de Damião de Góis, de Diogo do Couto, de Francisco de Andrade, de frei Luís de Sousa e de muitos outros. Poucas coisas lhe terão escapado, desde que a sua atenção despertasse: um outro exemplo consiste nos significados das formas de montar a cavalo, com as diferentes designações – à *gineta* ou à *brida* – não pelo pormenor em si mas como esclarecedor das tácticas militares, como o exacto sentido do *rebate* ou *rebato*, necessário para se perceber certos aspectos das lutas em Marrocos (*Études*, pp. 345-355). Que não queria deixar sem sentido em obscuras passagens de crónicas. Notáveis notas dedicou à evacuação das praças portuguesas de Marrocos em tempos de D. João III: Safim e Azamor em 1541 e Alcácer-Ceguer e Arzila em 1549-1550. Sem separar essas retiradas do necessário enquadramento



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

do império português em especial da Ásia – enquadramento sobretudo financeiro que explica a decisão de abandono tomada pelo soberano. Com um sentido muito agudo para tudo o que se refere a aspectos militares. Atenção erudita que não é comum nem seria de esperar em alguém que privilegiava a história cultural e dentro desta os aspectos religiosos – e dentro destes ainda os da espiritualidade. Mas que não queria deixar nada por averiguar. Assim mesmo algumas insignificâncias, desde que com elas se deparasse, havia que averiguar e acertar. É o caso do lugar de enterramento de D. Juan Manuel em que a confusão se estabelecia entre Peñafiel (Castela-a-Velha) e Penafiel (Entre-Douro e Minho). Correção mínima a escrito de Joaquim de Carvalho que, no entanto, não adiantava nada. E por isso vai só em nota. Mas que não deixa de fazer constar (*Études d'Histoire*, p. 122).

Não tendo dedicado nenhuma obra volumosa ou monográfica a assuntos de história portuguesa, preferiu espalhar as suas averiguações em pequenos mas esclarecedores artigos que entregou a inúmeras revistas. Artigos que muitas vezes escrevia serem apenas indicações sobre os pontos que tratava. No entanto, pelo menos dois desses despretensiosos artigos — desempenharam um papel central em problemáticas que haveriam de ser revistas e continuadas por outros historiadores: “Le commerce de Berbérie et l’organisation économique de l’empire portugais aux XV^e et XVI^e Siècles” (de 1935, onde aventou hipóteses de trabalho que seriam depois exploradas e desenvolvidas por Vitorino Magalhães Godinho) e “La dualité de la civilisation hispanique et l’histoire religieuse du Portugal” (de 1956, que Joaquim Barradas de Carvalho sempre deu como sua referência fundamental). Barradas de Carvalho publicou mesmo um escrito sobre o assunto, em que classifica como “notável” o artigo de Robert Ricard.

Com notável subtileza o erudito debruçou-se sobre o significado de coisas e palavras importantes, como os alambéis (*hambels*) magrebinos. O que apurou serve-lhe de ponto de partida para explicar a rede geral do comércio português centrado no Norte de África em vários aspectos (*Études*, pp. 84-88). Sem que por essa especial atenção esqueça outros produtos que circulavam, como os tecidos, os cavalos, as frutas, o trigo... Sem dúvida que se lhe ficou a dever um contributo essencial para que a expansão portuguesa a partir do golfo luso-hispano-marroquino contra Guiné pudesse ser compreendida e explicada (sem esquecer Arguim e a Mina). Espaço atlântico em que depois se instalam os tratos dos escravos e do ouro essenciais para a construção do império africano dos portugueses. A ponto de a Berbéria e a Guiné semelhares um “bloco solidário.” O que implica também as Ilhas (Madeira, Açores e Canárias), a Andaluzia (Cádiz, Málaga, Porto de Santa Maria e Jerez de la Frontera) e o Mediterrâneo ocidental a partir da rede comercial marítima genovesa a que também há que atender. Nos anos Trinta do século XX as pesquisas portuguesas sobre Marrocos centravam-se ainda na discussão sobre os aspectos militares e políticos da conquista – embora se contasse já com o notável contributo de David Lopes. Muito menos se referiam outros aspectos, nomeadamente o económico. Foi então que Robert Ricard avançou com a sua visão sintética e fundamentada da presença no Maghreb no quadro dos domínios e da presença portuguesa em África. Tudo



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

o que afinal mostra “a coerência, a continuidade tenaz, multiforme e quase implacável do que se pode bem chamar o imperialismo português.” (*Études*, p. 104) Páginas esclarecedoras lhe mereceram os procedimentos de evangelização de índios e de mouriscos. Embora não possam ser confundidos. No entanto, trata-se de salvar gente da morte espiritual, porque a outra morte, física, não espera. (*Études et documents...*, p. 210). Robert Ricard dá especial atenção a figuras de convertidos que passam despercebidas nas histórias portuguesas, como é o caso dos que chama mártires marroquinos, Gonçalo Vaz e João Vaz, que de muçulmanos se passam ao catolicismo para perecerem barbaramente supliciados ao serem apanhados pelos seus de origem – porque se recusam a renegar a fé escolhida. Ou o apuramento sobre a aceitação de um bispo cristão na Lisboa muçulmana de 1147. De que conclui que não se poderá pensar numa comunidade cristã organizada e dirigida por um bispo. E assim se afasta de Herculano, aproximando-se do P^e. Luís Gonzaga de Azevedo. (*Études d'histoires...*, p. 41). Literatura e história, com fundamentos na pesquisa erudita não deixam de comparecer em todos os estudos, mas RR, que domina as fontes como poucos historiadores, compraz-se em articular e resolver questões a partir da multiplicidade dos dados que consegue apurar. Comparatividade que lhe serve para um apuramento que se resolve em conclusões sólidas. Os conhecimentos de Robert Ricard sobre a história dos portugueses em Marrocos foi largamente aproveitado por Joel Serrão no *Dicionário de História de Portugal*, entregando-lhe a redacção de várias entradas dentro do seu conhecido domínio de pesquisa.

Central na sua investigação a dualidade peninsular espanhola-portuguesa. Que é uma realidade que, à vista de um mapa, não se consegue explicar. Nacionalidade portuguesa que cedo desponta (como outras na Península, como a catalã e a basca), mas sobretudo (e essa é a questão) que se aprofunda e persiste. A independência como mistério ou como milagre? (*Études sur l'histoire*, p. 13). Para o historiador, nem uma coisa nem outra, mas sim problema que há que resolver. Há uma cultura portuguesa, que tem relações com a cultura espanhola, mas culturas que são distintas. Portugal está formado desde 1250, com a conquista do Algarve. E logo forma uma entidade distinta da de Castela. Mas a Espanha ainda não se formara. Em contraste com um Portugal “unificado, completo”, há os reinos separados de Castela, Aragão, Navarra e o reino muçulmano de Granada. (*Études sur l'histoire...*, p. 17). E Portugal vai esforçar-se por se manter independente. Mesmo a expansão marítima se deve à desproporção entre as duas entidades políticas. E até mesmo no domínio linguístico, cujas fronteiras concordam em especial com o que se passa no domínio da política. Embora política e cultura não possam confundir-se, e tampouco se sobreponham. E até pelo menos à Restauração de 1640, Robert Ricard defende ter havido e subsistido uma cultura peninsular, quando as línguas já se diferenciavam. E procura sempre encontrar nas duas literaturas aspectos a que designa por “complementares” e não oposições. Do mesmo modo que “navegadores portugueses e conquistadores espanhóis se completam” (*Études et documents*, p. 9). O que não deixa de considerar os aspectos políticos, nomeadamente após a União Ibérica.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Com o recobro das políticas diversificadas depois da restauração de 1640 retoma-se a dualidade cultural dos estados diferenciados – e quantas vezes adversos. Portugal e Castela tiveram inúmeros conflitos, que explicam a diferenciação política, mas, o que parece contraditório, haveria que considerar a manutenção prolongada de uma mesma cultura literária. Essa comunidade cultural (e linguística pelo que toca à expressão artística, com o galaico-português a servir de idioma comum para a poesia lírica medieval e com o castelhano em outras formas de expressão mais tarde) em que se destacam obras castelhanas de Gil Vicente, Sá de Miranda e Camões ainda no renascimento. Que depois e durante a união dinástica se separam, tendendo Portugal depois de 1640 para uma relação privilegiada com a cultura e as expressões artísticas francesas. Porque “a ruptura política se vai acompanhar por uma ruptura intelectual e espiritual.” (*Études sur l'histoire...*, p. 16). Afinal, e é essa a proposta de Robert Ricard, é o período de 1580-1640 que aprofunda o fosso cultural entre a Espanha e Portugal.

O relacionamento com a cultura francesa, depois de 1640, provém da fraqueza experimentada no período de união, provocando uma reacção de defesa que pela ruptura política também atingirá a ruptura espiritual. O bilinguismo que ainda subsiste depois da Restauração em alguns autores – como Frei António das Chagas ou Francisco Manuel de Melo – vai pouco a pouco desaparecer, como que se apagando e assim morrendo a cultura peninsular. Mas Robert Ricard não se satisfaz com esses argumentos históricos, e prolonga os seus estudos para a dualidade que lhe parece existir entre as áreas da geografia religiosa dos dois países. Domínio que lhe parece ainda pouco explorado. Ao Norte cristianizado, com uma prática religiosa idêntica à espanhola e à italiana, com centro em Braga, opõe-se uma região descristianizada a sul do Porto e até ao Algarve, semelhante à da maior parte da França. Essa dissociação entre ideia nacional e ideia cristã que se dá em Portugal talvez explique a penetração do liberalismo filosófico e do laicismo que ficou a marcar. E daí à necessidade de explicar a carência das vocações religiosas vai um passo que Robert Ricard não deixa de dar. Sempre olhando para a história e observando o que está à sua volta. Erudição também no contemporâneo, talvez se possa dizer.

No domínio da história da espiritualidade – conforme os seus próprios dizeres – debruçar-se-á sobre as leituras do infante D. Fernando (o Infante Santo), sobre o infante D. Pedro e o *Livro da Virtuosa Bemfeitoria*, sobre o infante D. Luís (filho de D. Manuel I), sobre D. Frei Bartolomeu dos Mártires (por via de Frei Luís de Sousa, que traduziu e anotou pelos *Anais de D. João III*), sobre Frei António das Chagas e o Padre António Vieira, sobre Soror Joana da Cruz e sobre o Padre Manuel Bernardes, entre outros – entre os quais Frei Heitor Pinto, Frei Luís de Granada, Luís António Verney, Teodoro de Almeida, Camilo Castelo Branco ou Miguel de Unamuno, contemporâneo a que dá especial atenção. Procurando em especial delimitar o sentido exacto dessas práticas espirituais como das leituras e das influências externas, nomeadamente dos Místicos do Norte na espiritualidade detectada em portugueses nos séculos XVI e XVII. (*Études sur l'histoire...*, pp. 205-221). E muitos outros aspectos. A minuciosa inquirição sobre a *Virtuosa Bemfeitoria* –



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

elaborada com imenso cuidado e pormenor – como é de seu timbre – consegue destacar as fontes de que o infante D. Pedro e o seu colaborador Frei João Verba se terão servido: obviamente o *De beneficiis* de Séneca, o Antigo Testamento no seu conjunto, os Evangelhos de São Mateus e São Lucas, textos de São Paulo, Aristóteles e Cícero, Santo Agostinho e São Tomás de Aquino. Apesar disso, a *Virtuosa Bemfeitoria* é “em grande medida uma obra original que contém uma importante contribuição pessoal” do Infante. (*Études sur l’Histoire*, pp. 120-122). Que assim se fica a melhor conhecer. Robert Ricard dominava um conjunto amplíssimo de informações que faziam com que as suas análises eruditas dificilmente fossem contrariadas (ou sequer pudessem sê-lo). Porque ficavam apresentadas como evidentes as provas documentais para as conclusões que permitiam. Sem que fossem exageradas ou permitissem extrapolações. E isso era o que contava, no rigor que pretendia. E alcançava. Procurando pôr o seu saber e as suas análises ao alcance dos especialistas de outras disciplinas. Assim procede, por exemplo, a propósito da *Virtuosa Bemfeitoria*, “que em muitos aspectos se liga à filosofia política.” Não sendo esse o seu objecto, no entanto resumia as principais interpretações do livro do infante D. Pedro para assim proporcionar o seu estudo. (*Études sur l’Histoire*, p. 123). Porque para Robert Ricard não há que considerar apenas uma faceta de uma obra, mas a sua globalidade. Não estando ligado aos *Annales* ou a qualquer proposta posterior de história nova, no entanto é desses movimentos inovadores que se aproxima – mantendo embora os velhos procedimentos eruditos que estruturam a sua hermenêutica de uma finura dificilmente igualada.

Bibliografia activa:

Ricard, Robert e Farinha, António Dias, *Les documents sur le Maroc dans le volume IV de “As Gavetas da Torre do Tombo”*. Lisboa: Studia, 1965; Ricard, Robert, *António Vieira et les missions du Brésil Septentrional au XVIIe siècle*. Lovaina: Xaveriana, 1927; Id., *Études et documents pour l’histoire missionnaire de l’Espagne et du Portugal*. Lovaina – Paris: U. C. A. M. - E. Desbarax — J. M. Peigues, 1930; Id., *Études hispano-africaines*. Tetuán: Instituto General Franco de Estudios e Investigaciones, 1956; Id., *Études sur l’Histoire des Portugais au Maroc*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, 1955; Id., *Études sur l’Histoire Morale et Religieuse du Portugal*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1970; Id., *La place luso-marocaine de Mazagan vers 1660*. Paris: G.-P. Maisonneuve et Larose, 1962; Id., *La Plaza Portuguesa de Mazagán en el siglo XVII*. Madrid-Granada: Al-Andaluz, 1961; Id., Luiz de Sousa, *Les Portugais et l’Afrique du Nord de 1521 à 1557, extraits des “Annales de Jean III”*. Lisboa – Paris: Livraria Portugália – Les Belles Lettres, 1940; Id., *Notes luso-marocaines*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1961; “Recherches sur la toponymie urbaine du Portugal et de l’Espagne”, in *Bulletin Hispanique*. Bordéus: Féret & Fils, éditeurs, tom. XVI, nº 1-2, 1954; *Sur la diffusion des Trabalhos de Jesus en France*. Coimbra: Coimbra Editora, 1948.

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Bibliografia passiva

Joaquim Barradas de Carvalho, “A dualidade da civilização ibérica (A propósito de um ensaio de Robert Ricard)”, in *Revista de História*. São Paulo: Universidade de São Paulo, nº 99, 3º Trimestre de 1974; François Chevalier, “Nécrologie. Robert Ricard”, in *Mélanges de la Casa de Velázquez*. Madrid: vol. 21, nº 21, 1985; Maxime Chevalier, “Nécrologie. Robert Ricard 1900-1984”, in *Bulletin Hispanique*. Bordéus: vol. 88, nº 88-1-2, 1986.

Joaquim Romero Magalhães



APOIOS:

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia

BNP BIBLIOTECA
NACIONAL
DE PORTUGAL

FUNDAÇÃO
LUSO-AMERICANA